



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

TERMO DE REFERENCIA

1. OBJETO

- 1.1. O presente termo de referência para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de material de consumo (MATERIAL PARA ORNAMENTAÇÃO DE EVENTOS), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme art. 81º do Decreto Municipal nº 2.115 /2023.
- 1.3. Natureza do objeto: Comum
- 1.4. Será adotado o procedimento auxiliar Registro de Preço de acordo com o Art.º 63 Inc; I e IV do Decreto Municipal 2115 de dezembro de 2023.
- 1.5. Critério de julgamento: Menor preço por lote;
- 1.6. Modo de disputa: Aberto

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 A presente contratação tem como objetivo a aquisição de materiais para a ornamentação do Município de Pacatuba-SE, visando proporcionar à população e aos visitantes um ambiente festivo, acolhedor e atrativo durante o evento. A decoração temática é parte integrante das ações de valorização cultural, estímulo ao turismo e fortalecimento da identidade local, criando um clima de celebração e confraternização.

2.2 A aquisição dos materiais permitirá a instalação de elementos decorativos em praças, avenidas, prédios públicos e demais pontos estratégicos do município.

2.3 Além de contribuir para o embelezamento urbano, a ornamentação de ruas, avenidas e prédios públicos, tem papel importante na promoção do comércio local, pois atrai visitantes e fomenta a economia, bem como reforça o sentimento de pertencimento e valorização da cultura popular. Assim, a contratação é necessária para garantir que o município esteja devidamente preparado para receber o período festivo, assegurando qualidade, segurança e harmonia estética na decoração.

3. MODELO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA

3.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Termo de Referência, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta contratação

4. DAS CONTRATAÇÕES CENTRALIZADAS

4.1 Apesar de utilizarmos o Procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preço, entretanto por se tratar de um bem de consumo privativa desta secretaria, não será realizada contratações centralizadas.

5. DESCRIÇÃO DA AQUISIÇÃO.

DETALHES DOS ITENS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

LOTE I LONAS PLASTICAS Valor Lote R\$ 27.600,00					
1.	LONA PLASTICA VERDE Lona Plástica de Proteção Cobertura Impermeável verde 5x4 mts	Metros	500	7,68	3.840,00
2.	LONA PLASTICA VERMELHO Lona Plástica de Proteção Cobertura Impermeável verde 5x4 mts	Metros	500	7,92	3.960,00
3.	LONA PLASTICA AZUL Lona Plástica de Proteção Cobertura Impermeável verde 5x4 mts	Metros	500	7,92	3.960,00
4.	LONA PLASTICA ROSA Lona Plástica de Proteção Cobertura Impermeável verde 5x4 mts	Metros	500	7,92	3.960,00
5.	LONA PLASTICA BRANCA Lona Plástica de Proteção Cobertura Impermeável verde 5x4 mts-	Metros	500	7,92	3.960,00
6.	LONA PLASTICA LILÁS Lona Plástica de Proteção Cobertura Impermeável verde 5x4 mts	Metros	500	7,92	3.960,00
7.	LONA PLASTICA PRETA Lona Plástica de Proteção Cobertura Impermeável verde 5x4 mts-	Metros	500	7,92	3.960,00
LOTE II TECIDOS Valor Lote R\$ 14.293,50					
8.	Veludo vermelho. Largura aproximada 1,50m. Gramatura: 260g/m². Lavar com temperatura máxima de 40°C.	Metros	50	25,33	1.266,50
9.	Veludo verde. Largura aproximada 1,50m. Gramatura: 260g/m².	Metros	50	19,42	971,00
10.	Tecido com juta cru fio prata natalino tecido juta cru com fio prata natalino	Metros	200	17,23	3.446,00
11.	Tecido branco alfaiataria. Largura: 1,50m composição: 92% poliéster e 8% elastano.	Metros	300	16,71	5.013,00
12.	Tecido de cetim brocado branco. Tecido cetim brocado de todas as cores, com 1,40m e 1,50m de largura.	Metros	300	11,99	3.597,00
13.	Fita de cetim verde 9. Fita de cetim progresso 38mm - 9 c/ 10 metros - verde militar	Peças	500	6,98	3.490,00
14.	FITA DE CETIM VERMELHO 9 Fita de Cetim Progresso 38mm 9 c/ 10 metros - VERMELHO.	Peças	500	6,06	3.030,00
LOTE III ARMARINHO Valor Lote: R\$ 57.131,72					
15.	Bolas de tamanho GG. Natal peças com 12 UNID ouro rosa, bolas de enfeite de natal grandes de 18 cm, decorações de natal grandes, à prova de estilhaçamento.	Peças	125	106,95	13.368,75
16.	Bolas de tamanho G. Natal kit com 5 bola de natal, 10cm altura x 08cm largura possui diversos e variados desenhos que remetem as lembranças de um natal. Tem detalhes em ouro.	Kits	125	34,48	4.310,00
17.	Bolas infláveis tamanho GG nas cores branco e dourado. Bola inflável gigante.	UNID	100	53,50	5.350,00



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

18.	PRESILHAS DE NYLON TAMANHO GG Presilha Nylon 380mm X 7,6mm Enforca Gato Nylon Grande E Grossa. PCT 100	Pacotes	100	11,87	1.187,00
19.	PRESILHAS DE NYLON TAMANHO M. Abraçadeira Presilha Enforca Gato Nylon Tamanho M 20cm Cor: Preto. Tamanho: 200mm (20cm) de comprimento 0,25cm x 0,37cm PCT 100 UNID	Pacotes	100	10,45	1.045,00
20.	Presilhas de nylon p. Tamanho 3,6x300mm abraçadeira nylon 3,6x300mm preta pct 100 UNID, tamanho p	Pacotes	20	11,27	225,40
21.	Festão colorido natal 7cm com 2 mts Cor: colorido, tamanho 2 metros x 9 cm.	UNID	10	13,28	132,80
22.	Spray dourado. Tinta spray uso geral dourado 350ml 250g	UNID	50	25,45	1.272,50
23.	BEXIGA Nº 7 CORES VARIADAS. Pacote com 50 un. De Balões Modelo Liso Nº 7 Diâmetro Cheio: 18 cm.	Pacotes	300	12,80	3.840,00
24.	BEXIGA Nº 8 CORES VARIADAS Balão Bexiga Cor Pastel Sortido 50 UNID Tamanho: 8"Altura:25cm largura: 20cm.	Pacotes	300	12,69	3.807,00
25.	Bola metálica prata tamanho GG. Kit com 7 bola	KIT	29	10,94	317,26
26.	BOLA METALICA PRATA TAMANHO G Balão / Bexiga (Metálica) -N11-23cm-25 UNID	Kits	8	13,91	111,28
27.	Arvore de natal de 5 metros. Descrição técnica: produto: árvore de natal. Cor: verde capacidade: 8479 galhos composição: plástico e metal, tamanho: 5 metros de altura.	UNID	1	3.209,73	3.209,73
28.	Mangueira de led na cor branco. Mangueira led neon 110/220v 3000k 6000k +.5 rabichos cor da luz branco-frio 220v.	Metros	1500	8,29	12.435,00
LOTE IV TNT Valor Lote: R\$ 4.950,00					
29.	Tnt dourado tipo resinado. Tnt metalizado ouro forte, composição: 100% polipropileno. Gramatura: 40gr aplicação validade: indeterminado. De metalizado.	Metros	500	1,98	990,00
30.	Tnt dourado tipo resinado. Rolos de 50m gramatura de 40g,	Metros	500	1,98	990,00
31.	TNT MARROM TIPO RESINADO Composição: 100% polipropileno. Atacado: rolos a partir de 50m. Varejo à partir de 1 metro. TECIDO Gramaturas de 35g à 150g MARROM TNT GRAMATURA 40	Metros	500	1,98	990,00
32.	TNT AMARELO TIPO RESINADO Tecido Tnt liso 1m X 1,40m. Características: Composição: Polipropileno Largura:1,40m	Metros	500	1,98	990,00
33.	Tnt branco tipo resinado. Tnt 40g 10m x 1,40m branco tecido, descrição: tnt tecido não tecido- 40 gramas - branco -1,4-m	Metros	500	1,98	990,00
LOTE V LUMINÁRIA Valor Lote: R\$ 43.419,80					



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

34.	Lâmpada estrobo. Lâmpada: xenom; tensão: 220v -60hz; base: e27; potência: 6w; cor: branco; ip: 44; vida aproximada: 10 milhões de flash; flashes / minuto aproximada: 50-60; visibilidade aproximada: 3km;	UND	100	21,65	2.165,00
35.	Lâmpada de led bivolt na cor branco. Lâmpada led bulbo, branco frio, 16w, bivolt (100-240v), base e27.	UNID	500	7,70	3.850,00
36.	Bocal de louça. Bocal porcelana para lâmpadas rosca padrão e27 cor branco	UND	500	2,30	1.150,00
37.	Refletores de led branco 200w. Refletor holofote led branco frio 6000k bivolt prova d'água 200w.	UNID	50	138,68	6.934,00
38.	Refletores de led azul 100w. Refletor led 100w azul 110v/220v bivolt prova d'água potente.	UNID	50	63,30	3.165,00
39.	Refletores de led verde 100w. Refletor holofote 100w luz verde a prova d' água bivolt uso externo. Tamanho: c 12,5 x l 2,5 x a 9,0 cm.	UNID	50	53,93	2.696,50
40.	Cascata de led com 10m na cor branco. 10 metros cascata com 400 lâmpadas led pisca natal cor led: branco frio.	UNID	50	79,64	3.982,00
41.	Cortina de led com 10m na cor branco. Cortina 10m de casamento de natal ao ar livre luzes de led piscando cascata decoração de janela. Tensão de entrada: 4.5.	UNID	50	71,21	3.560,50
42.	Pisca pisca de led com 10m cor branco. Pisca natal 100 led branco frio 10 metros provam d água.	UNID	50	22,48	1.124,00
43.	Bocal com rabicho. Soquete preto com rabicho e27. O soquete preto com rabicho e 27. Este soquete é compatível com lâmpadas de rosca e27.	UNID	1000	2,92	2.920,00
44.	Luminária espeto para jardim - Lâmpada led 7W prova d'água (verde).	UNID	150	26,63	3.994,50
45.	Refletor holofote colorido RGB 200w. Refletor holofote colorido led 200w RGB á prova de água ip66.	UNID	15	165,22	2.478,30
46.	LAMPADA DE LED FILAMENTO 220V MODELO G45, 4W, SOQUETE E27 BIVOLT	UNID	500	10,80	5.400,00
LOTE VI FLORICULTURA Valor Lote: R\$ 13.151,00					
47.	Buque de flores poinsettia com vermelha. Flor buque poinsettia vermelho 44cm. Flor aramada para decorar medida da peça: 44 cm aprox.	UNID	300	20,32	6.096,00
48.	Grama sintética. Grama características sintética, do produto: altura da fibra: 10mm (1cm) largura rolo: 2m comprimento rolo: até 40m, peso:1,25 kg/m², fibras: fibrilada 100% polietileno.	M²	100	70,55	7.055,00
LOTE VII MATERIAL DE CONSTRUÇÃO Valor Lote: R\$ 30.897,50					



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

49.	Manta acrílica com 3cm x 1,50 de largura. Manta acrílica r 3m x 1,50 de largura.	Peças	5	107,28	536,40
50.	Madeirite resinado 10 mm. Madeirite resinado 1,10 x 2,20mt multimarcas. 10mm	UNID	100	70,29	7.029,00
51.	Barrote misto de 3 metros. Barrote 3,00m madeira serrada.	UNID	200	16,95	3.390,00
52.	Ripas de 3 metros. Largura: 5,70cm, comprimento 3,00 espessura: m, 2,40cm, comprimento: 3,00mt.	PEÇA	1000	7,21	7.210,00
53.	Prego 3/9. Prego 3 x 9 (19 x 33) com cabeça. O prego com cabeça possui corpo liso, cabeça cônica e axadrezada e ponta tipo diamante.	KG	30	20,06	601,80
54.	Prego de ripas. Prego com cabeça 1.1/4x13 15x15 (pacote com 1kg)	KG	30	19,30	579,00
55.	PARAFUSO Nº 06. O parafuso produzido em aço carbono cementado e temperado. Tamanho: 6.0 entre 60mm. Caixa com 100 UNID.	UNID	600	0,20	120,00
56.	BUCHA Nº 06. BUCHA PLASTICA DE FIXACAO C/ANEL N. 06.	UNID	500	0,14	70,00
57.	BROCA DE AÇO Nº 06. BROCA DE ACO HSS 06,5MM, feita de aço inoxidável. Projetada para fazer furos em metal.	UNID	30	6,37	191,10
58.	Tabua de pino 30cm x 3 metros. Tábua pinus 30cm com 3 metros. Descrição: tábua de madeira pinus com 30cm de largura e 3 metros comprimento.	UNID	50	35,73	1.786,50
59.	Fita isolante grande. Constituída por um dorso Tamanho 20m x 3m.	UNID	30	6,99	209,70
60.	Fio torcido 2/5. Kit fio torcido 2x5mm. Peça com 100 metros	peça	30	286,00	8.580,00
61.	Fixa fio. Fixa fio coaxial 6 branco + prego 2 5x25-20 peças.	Pacotes	100	5,94	594,00



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

CRITERIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 6.1. Será selecionado o fornecedor que apresente proposta com menor preço por Lote, e que cumpra as exigências relativas ao objeto constantes neste Termo de Referência, bem como os critérios de habilitação elencados no Edital.
- 6.2. As exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e de regularidade trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.
- 6.3. Os critérios de qualificação econômico -financeira a serem atendidos pelo fornecedor são:
- 6.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor até 90 (noventa) dias antes da data de abertura da sessão;
- 6.4 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor são:
- 6.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação, ou com o item ou grupo/lote pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 6.4.1.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 6.4.1.2. O fornecedor disponibilizará, caso solicitado pelo agente público, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, encaminhando, dentre outros documentos, cópia do contrato que lastreou a contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto.

7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- a) As sanções administrativas são as estabelecidas no Edital, parte integrante deste instrumento convocatório, observar o item 16.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Prestar todas as informações necessárias para que a FORNECEDORA possa fornecer os produtos dentro das especificações recomendadas.
- b) Receber e atestar as notas fiscais/ faturas correspondentes, por intermédio do Fiscal do contrato, indicado pela autoridade competente.
- c) Efetuar o pagamento das notas fiscais correspondentes aos serviços prestados, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento das mesmas na Controladoria Interna Administrativa e Financeira.
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o especificado.
- e) Alocar recursos financeiros necessários para cobrir as despesas de execução deste contrato, efetuando os pagamentos em dia, e na forma convencionada.
- f) Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas do contrato.
- g) Designar servidor (fiscal de contrato) ou comissão composta por servidores da Administração Pública para o recebimento e aceitação dos produtos.
- h) Notificar a FORNECEDORA, caso se verifique alguma irregularidade ao presente Contrato.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) A prestação dos serviços deverá obedecer, rigorosamente, as especificações deste Termo de Referência e as demais instruções contidas no Edital do Processo Licitatório a ser instituído e na Minuta de Contrato.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

- b) Ressarcir eventuais solicitações voltadas ao saneamento das irregularidades verificadas durante a vigência do contrato.
- c) Observar rigorosamente as normas legais que regulamentam a prestação dos serviços e a aquisição dos produtos, em especial, o Código de Defesa ao Consumidor - CDC, cabendo-lhe inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões a que der causa.
- d) Fornecer os produtos conforme especificado pela Órgão requisitante, com base no resultado e homologação do procedimento licitatório;
- e) Manter durante a execução do objeto deste Termo de Referência às condições de habilitação e qualificação exigidas na fase licitatória.
- f) Apresentar Nota Fiscal/fatura na Órgão requisitante, discriminando os produtos adquiridos, bem como os quantitativos e seus respectivos valores conforme constam discriminados no contrato.
- g) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte resultantes da execução do contrato.
- h) Responder pelos danos causados diretamente ao Fundo ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Órgão requisitante.
- i) FORNECEDORA se obriga a executar o fornecimento rigorosamente de acordo com o disposto na CLÁUSULA QUINTA.
- j) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Órgão requisitante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- k) O retardamento no fornecimento, não justificado, considerar-se-á como infração contratual.
- l) A FORNECEDORA assumirá a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre os produtos objeto deste Termo e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Órgão requisitante, exceto com relação aos tributos e contribuições que serão recolhidos pelo Órgão requisitante no ato do pagamento.
- m) Caberá à FORNECEDORA todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando em ocorrências da espécie forem vítimas os seus técnicos e empregados no desempenho do serviço, ou em contato com eles nas dependências da Órgão requisitante.

10. DO PRAZO DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

- A entrega deverá ser feita no prazo de até 10 dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento e cópia da Nota de Empenho, conforme informado em planilha pelo departamento requisitante, podendo ser prorrogável, por igual período, a critério do CONTRATANTE, quando devidamente justificado;
- A data e horário da entrega deverão ser agendados com o departamento de compras por e-mail compras@pacatuba.se.gov.br.
- Caso ocorra alguma mudança de programação de endereço de entrega, o novo cronograma será enviado junto à autorização de fornecimento via e-mail;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

- Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste TR e na proposta;
- O recebimento provisório dos produtos não implica a aceitação definitiva dos mesmos;
- A atestação final de conformidade do fornecimento cabe à Secretaria Municipal de Demandante;
- Caso os itens estejam em desacordo com as especificações exigidas neste TR ou apresentarem vício, serão recusados e devolvidos parcial ou totalmente, conforme o caso, mediante Termo de Recusa, ficando a CONTRATADA obrigada a substituí-los no prazo de 5 dias úteis, contados do recebimento da notificação, sem ônus para o contratante, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução;
- Somente após a verificação do enquadramento dos produtos com as especificações definidas neste TR, dar-se-á o recebimento definitivo por servidor responsável, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade com as especificações e demais exigências estabelecidas nesta contratação, atestando no documento de entrega, o recebimento em condições satisfatórias, em termos de quantidade e qualidade, conforme o inciso II, alínea b, do art. 140 da Lei 14.133/2021;
- Será recusado produto deteriorado, alterado, adulterado, avariado, corrompido, fraudado, bem como aquele em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação;
- O servidor designado como fiscal poderá solicitar a substituição de um produto por outro em caso de defeito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento daquele que foi devolvido, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil;
- O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito estado do produto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da sua utilização;
- A Administração poderá solicitar testes dos produtos junto aos seus fabricantes, para verificar a legitimidade do produto. A recusa da CONTRATADA a substituir os produtos reprovados nos testes será considerada descumprimento contratual, sujeitando a mesma à aplicação da penalidade.

11. DOS FORNECIMENTOS DO PRODUTO

11.1 A entrega dos produtos deverá ser realizada no almoxarifado central localizado na rua Da Liberdade, s/n, centro, Pacatuba/SE.

11.2 Os produtos deverão ser entregues acompanhados de documento fiscal, com as mesmas condições indicadas na proposta de preço vencedora do certame, quanto à marca/fabricante, modelo, forma de acondicionamento, aparência, peso, volume, tamanho, composição, prazo de validade, garantia, quantidade, qualidade e autenticidade, respeitando rigorosamente as especificações deste TR;

11.3 Em caso de algum tipo de irregularidade verificada, o produto será devolvido, ficando a retirada do mesmo e o custo do transporte por conta da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

11.4 A CONTRATADA deverá atentar ao fiel cumprimento das especificações exigidas, sendo recusado item que estiver com alguma característica diferente das especificações contidas neste TR;

11.5 Os produtos deverão ser novos, estar adequadamente embalados de forma a preservar suas características originais, atender às especificações técnicas exigidas e obedecer rigorosamente:

- a) às normas e especificações constantes neste Termo de Referência;
- b) às normas da ABNT/INMETRO, conforme especificação e necessidade de cada produto;
- c) às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- d) às prescrições e recomendações dos fabricantes;

11.6 O fornecedor deverá entregar os itens de maneira que seja possível conferir, separadamente, cada um, de forma que facilite a contagem e controle dos mesmos;

11.7 Será recusado produto deteriorado ou avariado;

11.8 A Administração poderá solicitar testes dos materiais junto aos seus fabricantes, para verificar a legitimidade do produto. Se verificada a inadequação do produto ou sua falsidade, será feita notificação da empresa para que se proceda a substituição, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis. Caso não seja realizada a substituição, a empresa ficará sujeita às penalidades previstas do Decreto 2115 de 26 de dezembro de 2023. Se for declarada pelo fabricante a falsidade, independente da substituição, os produtos ficarão retidos, para que se proceda a responsabilidade criminal, prevista no art. 337-L da Lei 14.133/2021;

11.9 A entrega dos produtos no local indicado pelo contratante, ficará a cargo do fornecedor, a quem caberá providenciar a mão de obra e produtos necessários para a entrega.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e com o decreto municipal 2115 de dezembro de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

12.1.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Decreto Municipal 2.115 de dezembro de 2023, art 20°).

12.2 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados

12.3 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados

12.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

12.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, quando couber

12.7 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, quando couber.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

12.8 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.8.1 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13. DO PAGAMENTO E EQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO

13.1 DO PAGAMENTO

13.1.1 Deverá ser realizado o pagamento por meio de crédito em conta bancária de titularidade da Contratada, no prazo de até 30 dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente certificada pelo fiscal do contrato, responsável pelo recebimento do objeto.

13.1.2. O aceite da execução do objeto será feito mediante o devido atesto da Nota Fiscal ou Fatura, correspondendo tão somente ao objeto contratado e efetivamente recebido.

13.1.3. Para fins de verificação da manutenção dos critérios de habilitação, o(a) contratado(a) deverá, na forma do inciso XVI do artigo 92 da Lei nº. 14.133/2021, apresentar, junto ao documento de cobrança, prova de regularidade perante o FGTS – CRF, Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio do contratado, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

13.1.3.1. Na hipótese de restar configurada a ausência de algum dos documentos exigidos ou que a empresa não está regular perante um ou mais dos órgãos elencados no item 13.1.3, o ente contratante deve dar continuidade aos trâmites relativos ao pagamento pelos fornecimentos já regularmente executados e, concomitantemente, notificar a Contratada para que apresente o(s) documento(s) ausente(s) ou adote as providências necessárias à sua regularização fiscal e trabalhista junto aos órgãos competentes, conforme o caso, concedendo -lhe prazo específico para fazê-lo.

13.1.3.2. Uma vez constatada a irregularidade, a emissão de novas ordens de fornecimento deve ser suspensa até que seja comprovada pela Contratada a sua regularidade fiscal e trabalhista, na forma do item 12.1.3

13.1.3.3. Se, transcorrido o prazo concedido sem que a Contratada tenha apresentado o documento faltante ou a comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, o ente contratante deve adotar as providências cabíveis relativas à rescisão contratual com espeque no inciso I do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.1.4. Não haverá pagamento antecipado.

13.1.5. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE.

13.1.5.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.2. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO -FINANCEIRO

13.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no período de 12 meses.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

14. DA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

- a. Valor estimado da contratação é de R\$ 191.443,52 (cento e noventa e um mil quatrocentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos).

15. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA

- a. Os recursos para pagamentos dos serviços a serem contratados, correrão à conta dos recursos da dotação orçamentária indicada na ordem de Fornecimento.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou contratado que, injustificadamente, descumprir a legislação ou cláusulas editalícias ou contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos nos contratos ou sua inexecução total ou parcial, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, nos termos deste Decreto, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

- I - Multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega de bem ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- II - Multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta em caso de recusa do licitante ou futuro contratado em assinar a Ata de Registro de Preços ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;
- III - Multa administrativa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação ou para a contratação direta, na hipótese de o licitante ou futuro contratado retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir de preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:
 - a) deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
 - b) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
 - c) tumultuar a sessão pública da licitação;
 - d) descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;

17. FORMA E CRITERIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

17.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

17.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote.

17.2 Forma de fornecimento

17.2.1 O fornecimento do objeto será parcelado.

17.3 Exigências de habilitação

17.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

17.3.1.1 Habilitação jurídica

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

17.3.1.1.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

17.3.1.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

17.3.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

17.3.1.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

17.3.1.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

17.3.1.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

17.3.1.2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

17.3.1.2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

17.3.1.2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

17.3.1.2.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

17.3.1.3 Qualificação Econômico-Financeira

17.3.1.3.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

17.3.1.3.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do artigo 69, *caput*, inciso II da Lei 14.133/2021;

18. DO ÓRGÃO GERENCIADOR DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Secretaria Municipal de Cultura é o órgão gerenciador da ata de registro de preços e deverá:

- a) Assinar a ata de registro de preços;
- b) Autorizar as adesões de órgãos e entidades de outras esferas governamentais, quando couber.
- c) remanejar os quantitativos da ata, observados os procedimentos dispostos no decreto municipal de N° 2115 de 26 de dezembro de 20024
- d) aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta;
- e) autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo da efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão ou entidade não participante.

19. DOS ORGÃOS E ENTIDADES PARTICIPES

19.1 Não Haverá participação de Órgãos.

20. VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços oriunda do presente procedimento será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período e com a possibilidade de renovação do quantitativo, com a anuência do fornecedor, desde que

- a) comprovado o preço vantajoso.
- b) haja previsão expressa no edital e
- c) o tema tenha sido tratado no planejamento da contratação;
- d) a prorrogação da Ata de Registro ocorra dentro do prazo de vigência.

Nos termos do parecer n° 00453/2024 da Advocacia Geral da União e do Decreto Municipal 2115/2023 Art. 75°.

20.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

20.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

20.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o artigo 95 da Lei 14.133/2021.

20.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o artigo 124 da Lei 14.133/2021.

20.4 Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021.

20.4.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

20.5 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 20 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

20.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

21. DO CADASTRO RESERVA

21.1 Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

21.1.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

21.1.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

21.1.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

21.1.2.2 Mantiverem sua proposta original.

21.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

21.3 O registro a que se refere este tópico tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

21.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

21.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

21.5.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

21.5.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 25.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

21.5.3 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 23.1.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

21.5.3.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

21.5.3.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

22. DO ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

22.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

22.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do artigo 124 da Lei 14.133/2021;

22.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

22.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento sobre os preços registrados, nos termos da Lei 14.133/2021.

22.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

23. DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

23.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

23.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

23.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

23.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

23.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

23.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

23.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

23.2.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na respectiva ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 26.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, e na legislação aplicável.

23.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 23.5.

23.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 26.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

23.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 25.2 e no item 25.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

23.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.

24. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

24.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

24.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

24.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

24.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 25.2.2 deste TR; ou

24.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do artigo 156 da Lei 14.133/2021.

24.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

24.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 26.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

24.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

24.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

24.4.1 Por razão de interesse público;

24.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

24.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

25. DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

25.1 Sustentabilidade

25.1.1 Os produtos a serem fornecidos deverão obedecer às normas e especificações da ABNT, INMETRO, Normas da ISO, ANVISA, MINISTÉRIO DA SAÚDE no que se refere à qualidade, conforme for aplicável.

25.2 Da Subcontratação

25.2.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

25.3 Garantia da contratação

25.3.1 Não haverá exigência de garantia da contratação, prevista no artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

25.4 Garantia dos produtos

25.4.1 O prazo de garantia dos produtos é aquele previsto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

26. DO PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

Optou-se pelo agrupamento dos materiais em **lotes** tendo em vista os seguintes fatores:

1. **Padronização e qualidade:** A contratação em lote garante uniformidade estética e técnica dos materiais utilizados nos diversos eventos oficiais, evitando discrepâncias decorrentes da aquisição de fornecedores distintos.
2. **Economia de escala:** O agrupamento possibilita negociações mais vantajosas, reduzindo custos unitários e gerando maior economia aos cofres públicos, conforme o princípio da economicidade previsto no art. 5º, inciso III, da **Lei nº 14.133/2021**.
3. **Eficiência administrativa:** A aquisição em lote reduz a necessidade de múltiplos procedimentos licitatórios, proporcionando maior celeridade processual e melhor utilização dos recursos humanos e operacionais.
4. **Gestão logística otimizada:** O fornecimento centralizado facilita o planejamento, a distribuição e o controle dos materiais para os diferentes eventos realizados pelo município.

Nos termos do **art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021**, a Administração poderá reunir em lote itens que apresentem similaridade ou interdependência funcional, desde que tal agrupamento seja técnica e economicamente vantajoso, conforme ora demonstrado.

27. DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer débito referente a eventual irregularidade, inadimplência ou penalidade;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

- b) Todas as solicitações, notificações, advertências e demais comunicações referentes à execução deste contrato, incluindo, mas não se limitando a demandas de serviço, e quaisquer outras informações pertinentes, serão encaminhadas pela Administração Pública para o endereço de e-mail eletrônico indicado pela Contratada no momento da assinatura do contrato.
- c) A Contratada é obrigada a verificar diariamente o e-mail eletrônico indicado, incluindo as pastas de spam e lixo eletrônico, sendo sua exclusiva responsabilidade o acompanhamento regular das mensagens recebidas.
- d) O não atendimento ou a inércia da Contratada em relação a qualquer comunicação enviada pela Administração Pública, após o transcurso do prazo concedido para manifestação ou cumprimento da demanda (quando aplicável), será caracterizado como descumprimento total ou parcial do contrato, conforme o caso específico e a gravidade da omissão, sujeitando a Contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais cláusulas deste Termo de Referência e do contrato.

27. DOS CASOS OMISSOS

- a. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos, bem como a Portaria GP n. 716/2019.

Pacatuba/SE, 25 de agosto de 2025

PABLO FIGUEIREDO BRAYNER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Órgão Auxiliar de Elaboração do TR.

CLEIDE FERREIRA DE OLIVEIRA – Mat.: 201998
AGENTE ADMINISTRATIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

De acordo:

FAUSTILENE MELO SANTOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA